

# **Artigos Multitemáticos**

**Para uma revisão da historiografia da emigração madeirense  
e açoriana para o sul do Brasil**  
*For a review of the historiography of emigration from Madeira  
and the Azores to southern Brazil*

RUI CARITA<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo revisita os primórdios da emigração portuguesa para a Ilha do Desterro, no século XVIII, hoje Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, da república federativa do Brasil. Procura-se demonstrar, através de fontes primárias, a diversidade das origens dos povoadores europeus deste território no quadro de um movimento de transferências de grupos populacionais promovido pela coroa portuguesa. Procura-se complexificar a proveniência destes proto-emigrantes portugueses, que simplificada e genericamente ficaram na memória histórica como sendo apenas provenientes do arquipélago dos Açores. As fontes históricas aqui reveladas permitem observar a chegada e fixação neste território do sul do Brasil de contingentes de povoadores vindos não só dos Açores, mas também, em número equiparado, do arquipélago da Madeira. Este estudo permite também rever criticamente a transferência e aculturação de algumas tradições para este território, nomeadamente as Festas do Espírito Santos, que a historiografia tradicional atribuía apenas aos açorianos que ali se instalaram, mas que agora, pela verificação comparada das especificidades destas festas, poderão ter primeiramente inspiração

**Abstract:** This article revisits the early stages of Portuguese emigration to the Island of Desterro in the eighteenth century—today Florianópolis, capital of the State of Santa Catarina in the Federative Republic of Brazil. Through primary sources, it seeks to demonstrate the diverse origins of the European settlers of this territory within the broader context of population transfers promoted by the Portuguese crown. The aim is to provide a more nuanced understanding of the provenance of these proto-emigrants, who have been simplistically remembered in historical memory as having come solely from the Azores archipelago. The historical sources presented here reveal the arrival and settlement in this southern Brazilian territory of groups of settlers not only from the Azores but also, in comparable numbers, from the Madeira archipelago. This study also critically reassesses the transfer and acculturation of certain traditions to this region—particularly the Festas do Espírito Santo (Holy Spirit Festivals) – which traditional historiography attributed exclusively to the Azoreans who settled there. A comparative examination of the specific characteristics of these festivities now suggests that they may have had an

---

<sup>1</sup> Universidade da Madeira, Portugal. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-1542-5434>.

madeirense, onde também existiam e ainda se cultivam, atualmente, ritualidades associadas ao culto da Espírito Santo Paráclito.

**Palavras-chaves:** Florianópolis; Emigração portuguesa; Açores e Madeira; Culto do Espírito Santo.

A História é sempre uma construção, reconstrução e experiência apaixonante, cada vez mais longe da ideia novecentista, e não só, de ciência quase exata, assente em dados documentais, criteriosamente compulsados, avaliados, etc. Muda, assim, conforme o local onde a escrevemos e, inclusivamente, o tempo, a época e assim por diante. O confronto ou a justaposição de análises de períodos complexos das histórias do Brasil e de Portugal como o do povoamento e colonização, do liberalismo e da independência ou da implantação da República, de um lado e de outro do Atlântico, que sempre uniu e separou, é igualmente interessante, para não dizer imprescindível, para ambos os lados. Salvaguardamos, no entanto, a incomensurável disparidade territorial entre Portugal e o Brasil, tal como a existência de profundas clivagens e divergências em todo esse imenso território, que não só de latitude e de longitude.

Ocorre-me, inclusivamente, a visita efetuada no distante ano de 1996, quando participei nas celebrações do centenário do Instituto

initial Madeiran inspiration, as similar ritual practices associated with the cult of the Holy Spirit Paraclete also existed, and continue to exist today, in Madeira.

**Keywords:** Florianópolis; Portuguese emigration; Azores and Madeira; Holy Spirit cult.

Histórico e Geográfico de Santa Catarina, em companhia de algumas colegas do congénere Instituto da Bahia.<sup>2</sup> E lembro-me bem do confronto experimentado pelas colegas baianas, que não cessavam de me chamar à atenção que «aquilo não era o Brasil».<sup>3</sup> Mas era, ou seja, também era e é. Para quem vive numa pequena ilha como é a da Madeira, aquela imensidão territorial nunca deixou de ser profundamente intimidante. E já tinha acontecido no Rio de Janeiro, em São Paulo, Santos, Campinas ou Baía e Pernambuco.

A história da Madeira sempre se encontrou mesclada com a do futuro Brasil, uma vez que o seu *modelo* fundacional foi depois exportado para outros locais, primeiro para os restantes arquipélagos e, depois, para o imenso continente brasileiro. Muito possivelmente, da Madeira teriam partido, pelo menos, em inícios ou meados de 1493, duas ou três caravelas que demarcaram concretamente a localização do território brasileiro, para o incorporar na área afeta à Coroa portuguesa, depois

---

<sup>2</sup> À época, sob a presidência da nossa saudosa amiga Professora Doutora Consuelo Pundé de Sena (1934-2015).

<sup>3</sup> Em causa estava a absoluta predominância de população de origem germânica e italiana, verdadeiramente alva e loira, quase não se vendo um elemento de pele escura, tendo o desfile comemorativo utilizado música orquestrada do agrupamento britânico *Os Beatles*, não se ouvindo depois nenhum samba, forró ou *bossa nova*, numa altura, inclusivamente, de afirmação internacional da música popular brasileira.

definida no Tratado de Tordesilhas, assinado no seguinte ano de 1494. As queixas sobre a partida de várias caravelas da Madeira na rota de Cristóvão Colombo (1451-1506) datam de 1493 (AGI, Patronato Real, legajos 293 e 295, n.º 15),<sup>4</sup> quando os Reis Católicos já haviam conseguido o aval do Papa Alexandre VI para um meridiano a 100 léguas de Cabo Verde.

As evasivas de D. João II, mas depois a confirmação dada por Rui de Pina (1440-1522), embora insistindo que tal havia sido feito sem autorização do monarca, dão aval a essa hipótese. Nessa sequência, quando são enviados a Tordesilhas Rui de Leme e Duarte Pacheco Pereira (1460-1533), que apresentam em nome do rei português um novo meridiano, a 370 léguas, parece não restar dúvidas de que só então se passara a saber com precisão por onde convinha que passasse o célebre meridiano. Alguns anos depois, no seu *Esmeraldo de situ orbis*, Duarte Pacheco Pereira viria mesmo a mencionar ter estado em terra firme, muito para ocidente de Cabo Verde, por volta de 1498. Parece assim ainda ter havido uma nova viagem de confirmação da localização do Brasil, por altura da viagem de Vasco da Gama (1469-1524) à Índia,

mas antes da tomada de posse oficial feita em 1500 por Pedro Álvares Cabral (1467-1468 – c. 1520) (cf. Domingues, 2012).

Acresce ainda que estas informações foram uma nova confirmação oficial de outras anteriores, com certeza, que já circulavam, pelo menos, entre a Madeira e Lisboa. Alguns anos depois, num processo que correu no Tribunal de Presas de Ruão, referente a um saque efetuado pelos franceses na costa do Brasil, por 1532, com a nau *Pélegrine*, que fora a portuguesa *Sam Tomé, a Estirada*, roubada pelos franceses a um André Afonso, da cidade do Porto, regista-se que 40 e mais anos antes já haveria povoamento em *Fernão Buco*, como referem os depoimentos desse processo, mencionando que os franceses tinham saqueado a fortaleza, a feitoria, a igreja onde se celebravam os ofícios divinos e muitas casas.<sup>5</sup>

Temos assim uma sequência de informações que nos apontam o conhecimento das terras brasileiras para muito antes da data oficial da chegada de Cabral em 1500. Primeiro, a recolha de dados por Cristóvão Colombo da existência de ilhas para ocidente, segundo, os seus biógrafos,<sup>6</sup> entre Lisboa e a Madeira, em

---

<sup>4</sup> Note-se que a última esteve patente na exposição *O testamento de Adão*, em que colaborámos (Lisboa, CNCDP e Torre do Tombo, set./out. de 1994, p. 237, n.º 106).

<sup>5</sup> A documentação deste incidente julgado pelo Tribunal de Baiona encontra-se treslada em ANTT, Corpo Cronológico, P I, 65-13 e foi estudada e publicada, entre outros, pelo Dr. Jordão de Freitas (1883-1934), cf. Freitas, 1926: 315-327.

<sup>6</sup> As obras de Bartolomeu de Las Casas (1574-1566), que participou na segunda viagem de Cristóvão Colombo, de 1493 (cf. Las Casas, 1951: 67), que refere ter sido o seu informador na Madeira António Leme, estabelecido no Funchal antes de 1483, ou Fernando Domingos do Arco, que pede a D. João II, em 1484, a capitania de uma «ilha para Oriente que tencionava descobrir».

1480, depois, em 1492 ou 1493, a deslocação das caravelas da Madeira na rota de Colombo, que atrasaram um ano a assinatura do Tratado de Tordesilhas, mudando o meridiano de 100 para 370 léguas e, finalmente, a afirmação, em tribunal, de que o povoamento de Pernambuco, com casas, igreja, castelo e feitoria do rei de Portugal, datava, pelo menos, de 1492.

A partir desses anos intensificam-se as relações da Madeira com o vasto território do Brasil, inclusivamente, porque o regime de ventos e de correntes no quadro do Atlântico Norte, enquanto durou a navegação à vela, quase obrigava a que todo a circulação marítima com destino aos novos territórios passasse pelo mar da Madeira. Pelo Funchal, por exemplo, em 1498, passou Cristóvão Colombo na sua terceira viagem às Antilhas; em 1547, o aventureiro alemão Hans Staden (c. 1525 – c. 1579), que publicaria depois a sua célebre *História do Brasil*, onde, como ilustração da sua passagem pela Madeira, publica uma célebre gravura em que regista a utilização do astrolábio e da balestilha (cf. Kolbe, 1557 e 1974); e, em 1570, o célebre grupo de jesuítas liderado pelo futuro beato Padre Inácio de Azevedo (1527-1570), que passou um mês na cidade, grupo conhecido depois como os «Quarenta Mártires do Brasil», martirizados ao largo da ilha de La Palma.

Com a aclamação de D. João IV, em 1640, muitos quadros e conselheiros tiveram de vir, inclusivamente do Brasil,<sup>7</sup> que passou a ser uma das principais preocupações da corte portuguesa, relegando para segundo plano o velho Estado Português da Índia, impossível de manter no novo quadro de relação de forças internacionais do oceano Índico. Ocorre então uma transferência maciça de pessoas, de capitais e, inclusivamente, de gostos, do Índico para o Atlântico, havendo uma profunda influência oriental na arquitetura brasileira, patente, entre outros aspetos, na profusão de enormes cruzeiros nos largos das igrejas e dos conventos brasileiros dentro do gosto indo-português.

Os madeirenses aparecem nestes anos com especial representatividade na capitania de Pernambuco, então ocupada pelos holandeses, e onde liderou a revolta o capitão João Fernandes Vieira (c. 1610-1681), depois governador da capitania de Paraíba e de Angola. À sua volta formou uma quase corte familiar, constituída, essencialmente, por militares, e foi para as suas campanhas que se começaram a recrutar sucessivas *levas* de militares madeirenses, na sequência de pontuais recrutamentos anteriores, que se estendem depois pelo século seguinte.

---

<sup>7</sup> A figura mais incontornável é a do Padre António Vieira (1608-1696), que, embora nascido em Lisboa, desde 1614 estava no Brasil, servindo depois de embaixador da nova corte portuguesa. Viriam também depois a ser chamados a Lisboa Alexandre de Gusmão (1695-1753), secretário e escrivão de Puridade de D. João V, e o seu irmão, Padre Bartolomeu de Gusmão (1685-1724), o criador da célebre *passarola voadora*.

Nesse quadro se incentivou o comércio com o Brasil, estabelecendo-se um rendoso triângulo formado pelas ilhas da Madeira, de Cabo Verde e as várias cidades portuárias do Brasil, onde entraram vários cónegos da Sé do Funchal, logo nos meados do século XVII e, mesmo, depois, governadores, como Duarte Sodré Pereira (1666-1738), mais tarde governador da capitania de Pernambuco (cf. Silva, 1992). Com a tentativa de instalação da Colónia do Santíssimo Sacramento, hoje, Uruguai, na foz do rio da Prata, frente à cidade de Buenos Aires, igualmente registamos a presença de madeirenses nos mais altos quadros, como é o caso do sargento-mor Cristóvão de Ornelas de Abreu (1639-1709), neto e filho dos sargentos-mores de Machico Jerónimo e João de Ornelas de Abreu, que militara nas campanhas das guerras do Alentejo e depois fora governador da Colónia do Sacramento, e que chegaria a tenente-general (BNP, Reservados, cód. 8391, fls. 19, 121v-122).

Em relação, mais específica, a Santa Catarina, não podemos deixar de mencionar o célebre caso do envio dos casais dos Açores e da Madeira nos meados do século XVIII. As ilhas atravessaram um período muito difícil e não foram só as classes mais desfavorecidas que foram atingidas e obrigadas a abandonar a Ilha, pois até morgados, como Henrique César de Berenguer, se viram na contingência de solicitar oficialmente emigração para toda a sua *casa*, como no caso desta *leva*. Mas foi com base nas camadas populacionais mais humildes que se

recrutaram os grandes contingentes das *levas* militares para Angola, Brasil e Índia, que ainda hoje constituem uma verdadeira lenda nessas paragens. A *leva* de casais para Santa Catarina foi essencialmente constituída por elementos das ilhas dos Açores e da Madeira, em número semelhante, conforme determinação régia, que para ali transportaram os seus costumes e crenças, constituindo ainda hoje, por exemplo, as Festas do Espírito Santo, uma das mais importantes manifestações folclóricas locais de cariz religioso.

A situação geral de excesso populacional nas ilhas atlânticas havia-se tornado caótica, optando-se por levantar uma «leva de casais» dos Açores e da Madeira, sob orientação direta da Coroa, para com os mesmos se proceder ao povoamento da capitania de Santa Catarina, no Brasil. O assunto foi levantado pelo Conselho Ultramarino, sob inspiração de Alexandre de Gusmão (1695-1753), braço direito de D. João V e redator do Tratado de Madrid, de 1750. Tinha sido já alvitado pelo novo governador da capitania de Santa Catarina, brigadeiro engenheiro José da Silva Pais (1679-1760), em 1742, e recebeu o apoio de Rafael Pires Pardiniho (1670/80-1761), ouvidor-geral da capitania de São Paulo entre 1719 e 1722, profundo conhecedor da área e então membro do mesmo Conselho (cf. Piazza, 1989 e 1990; Couto *et al.*, 1990; BACL, Legislação Portuguesa, 13, fl. 38).

Perante a premência da situação, foi enviada carta ao bispo governador D. Frei João do Nascimento (c. 1690-1753), «sobre o embarque de casais para o interior da América» (ARM, Câmara Municipal do Funchal, t. 9, fls. 92 a 93v.; ARM, Câmara Municipal de Machico, liv. 86, fls. 44v. e 45<sup>8</sup>), e procedeu-se à emissão de um Regimento, com data de 12 de abril de 1747, *Regimento dos casais para a América*, editado a 26 de junho, a que se seguiu a provisão régia de 9 de agosto seguinte e demais legislação. Pediam-se também informações sobre os que tivessem capacidade para ser providos nos postos da Ordenança, «porque devem ir estes casais em companhias formadas de quarenta ou cinquenta homens cada uma [...] três pessoas em cada posto de capitão, alferes e sargento». Pretendia-se que o primeiro estabelecimento se deveria fundar na ilha de Santa Catarina e nas vizinhanças, «em que a fertilidade da terra e abundância de gados e grande cópia de peixes, conduzem muito para a comodidade e fartura destes novos habitantes» (ANTT, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 972, fls. 203v. e ss.; AHU, Madeira e Porto Santo, n. clas.; AHU, Madeira e Porto Santo, cx. 2, n.º 24).

Nessa base, mandou-se afixar editais nas Ilhas, num total de 400, explicitando que os homens a embarcar não deveriam ter mais de 40 anos e as mulheres mais de 30. Logo que

chegassem ao seu destino, dar-se-ia a cada uma, casada ou solteira, de mais de 12 e menos de 25 anos, 2\$440 réis de ajuda de custo, e, aos casais que levassem filhos, para ajuda de vestir, 1\$000 réis. Os transportes seriam por conta da Fazenda Real e, logo que chegassem aos locais de destino, cada casal teria uma espingarda, duas enxadas, um machado, uma enxada, um martelo, um «facão», duas facas, duas tesouras, uma serra com sua lima e «travadora», dois alqueires de sementes, duas vacas e uma égua e, no primeiro ano, ainda se lhes dará farinha «que se entendesse basta para o sustento»: «três quartas de alqueire de terra por mês para cada adulto e quarta e meia para as crianças». Os homens que passassem ao Brasil por conta de Sua Majestade ficariam isentos de servir nas tropas pagas, caso se estabelecessem no termo de dois anos nas terras fixadas, onde cada casal teria a doação de «um quarto de légua em quadro» para principiar a sua vida (ARM, Câmara Municipal do Funchal, Matrículas para o Brasil, liv. 1).

Saliente-se que não foi uma atitude original, pois, desde finais do século anterior e os inícios do século XVIII existiam pedidos oficiais de emigração para o sul do Brasil, mais especificamente, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, relacionados com a ocupação da antiga praça do Sacramento, onde estivera o sargento-mor de Machico Cristóvão de Ornelas de Abreu. Nas

---

<sup>8</sup> Lisboa, 16 de março de 1747; Funchal, 15 de julho de 1747; Machico, 27 de julho de 1747.

listas «dos casais e mais pessoas particulares para o Estado do Brasil», elaborada no Funchal em 1747, figuram nomes com indicações desde o ano de 1697, e nas listas dos «alistados para o Estado do Brasil», elaborada na Ribeira Brava pelo tabelião Vítor de Gouveia da Costa, em 1752, figuram nomes alistados em 1703, 1726 e 1727, alguns com a indicação de já falecidos (ARM, Docs. avulsos, cx. 7, n.ºs 855 e 857<sup>9</sup>). Nos termos do edital de 19 de junho de 1747, acrescentava-se que as inscrições estavam abertas na Câmara do Funchal, onde os interessados se deveriam apresentar terças e quintas-feiras de manhã, ao «segundo vereador» Miguel da Câmara Leme, munidos dos documentos de casamento, certidões de idade e mais «declarações convenientes» (ARM, Câmara Municipal do Funchal, t. 9).

Teriam surgido, entretanto, inúmeras dificuldades na Madeira, principalmente por causa dos transportes. Ao contrário, dos Açores partiram logo de imediato povoadores em duas galeras, que chegaram a Santa Catarina no Natal de 1747. A Coroa, ouvido o Conselho Ultramarino, tentou então outra solução e, por provisão régia de 28 de novembro de 1748, autorizava-se o transporte, da Madeira para o Brasil, daqueles que o desejassem, mediante

uma ajuda de custo de 16\$000 réis por pessoa. A Câmara do Funchal chegou a nomear mais um vereador para tratar deste assunto, Diogo de Bettencourt Aguiar (ARM, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, liv. 1353, fl. 13v.),<sup>10</sup> no entanto, não teriam chegado mais de 60 pessoas, os povoadores madeirenses para Santa Catarina nestes dois primeiros anos.

A 21 de maio do seguinte ano de 1749, a Câmara do Funchal escrevia a D. João V, referindo as ordens do bispo governador para as pessoas matriculadas seguirem na corveta *N.ª. S.ª. das Maravilhas, Santo António e Almas* e que teriam sido então abonadas de 16\$000 réis para a viagem. A Câmara acrescenta que, partindo do princípio de que na Ilha «se podem escusar mil casais, pela muita gente que tem desocupada e sem meios de que viva», dado que o rei tinha colocado «os seus maiores seis navios» no comércio para o Brasil, deveriam eles servir igualmente «o bem público da terra de cujo posto vão». Assim, deveriam ter preferência nas licenças a passar para o Rio de Janeiro os navios «que mais casais levarem por menos de 16\$000 réis cada pessoa, dando-lhe o navio o sustento necessário e sendo a baixa do referido valor» para cada pessoa «se preparar melhor de roupa para a viagem»

---

<sup>9</sup> Funchal, 1697-1747, e Ribeira Brava, 10 de fevereiro de 1756.

<sup>10</sup> «E nesta Vereação se abriu uma carta do Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo governador, escrita em 20 do corrente e nela incluía a lista dos casais e pessoas admitidas e outras que admitiu de novo o dito Excelentíssimo Governador para se irem estabelecer no estado do Brasil e juntamente os documentos relativos ao mesmo negócio, a qual carta, com os mais papeis, se mandaram remeter para o vereador deputado Diogo de Bettencourt Aguiar para continuar com as diligências necessárias [...]», Leitura do Dr. Luís Francisco de Sousa Melo.



(ARM, Documentos avulsos, *Escrito em Vereação da Câmara da cidade do Funchal...*). No entanto, parece que a sugestão da Câmara não foi aceite e toda a operação se atrasou calamitosamente.

As listas que conhecemos, enviadas pelo bispo e governador D. Frei João do Nascimento, citam a família do capitão Henrique César de Berenguer e Bettencourt e uma série de lavradores, ferreiros, sapateiros, carpinteiros e mesmo soldados de Câmara de Lobos, Ribeira Brava e Funchal, todos mais ou menos aparentados. De uma segunda lista constam João Figueira Ferrão, casado e lavrador da freguesia de Câmara de Lobos, com sua mulher, Antónia Luísa, e seus filhos Maria, João e António; António Ferreira da Costa, oficial ferreiro, casado e natural da freguesia de São Pedro, no Funchal, com sua mulher Maria de Freitas; Francisco Rodrigues, solteiro, lavrador, natural da freguesia de Câmara de Lobos; José da Costa, solteiro e lavrador, natural da Ribeira Brava; João de Araújo, casado, lavrador e natural do Estreito de Câmara de Lobos, e sua mulher, Antónia Maria, sua irmã Bárbara e os filhos Quitéria, Diogo e Ana; Luís Caetano de Olival, solteiro, da freguesia de Sé; António Caetano Ferreira, casado, sapateiro e da freguesia de São Pedro no Funchal, sua mulher, Teresa Maria, um irmão desta, Francisco Manuel e um filho do casal, João Ferreira; Manuel de Freitas

Noronha, soldado pago da cidade, sua mulher, Antónia da Encarnação, e os filhos António Manuel e Maria, assim como os irmãos dela, Antónia Rosa e António Nunes; Manuel de Freitas, solteiro, carpinteiro e natural do Porto da Cruz; e António Maria, sem estado, da freguesia da Sé.

As descrições destes elementos, existentes na Câmara do Funchal, afiguram-se-nos interessantes. Assim, João Figueira Ferrão (ou Ferraz), presente a 1 de agosto de 1747, tinha sido batizado a 2 de maio de 1717 na freguesia de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Câmara de Lobos, filho de Manuel Ferrão e de Maria Figueira. Era «de mediana estatura, temperamento sanguíneo, cara redonda, olhos azuis, sobrancelhas quase louras e da mesma cor o cabelo, com boa saúde». Sua mulher, Antónia Luísa, batizada a 22 de dezembro de 1718, era «de baixa estatura» e, no restante, em tudo semelhante ao marido: «temperamento sanguíneo, cara redonda, olhos azuis, sobrancelhas quase louras e da mesma cor o cabelo, com boa saúde» (AHU, Santa Catarina, cx. 1, n.º 39, fls. 35 a 57; ANTT, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 973, fls. 9 e ss.<sup>11</sup>).

Estes povoadores seguiram com os restantes 50 e poucos imigrantes, a 24 de março 1749, para o Rio de Janeiro, na corveta *Nossa Se-*

==

<sup>11</sup> Lisboa, 28 de novembro de 1748; Funchal, 5 de fevereiro de 1749.

*nhora das Maravilhas, Santo António e Almas*. Entretanto, por razões várias, Manuel Bettencourt de Vasconcelos Perestrelo e o seu filho Joaquim Berenguer de Andrade, que tinham vendido já todos os seus bens, acabaram por esperar quatro anos pelo embarque, facto de que se queixaram amargamente a D. José I (BNP Coleção Pombalina, cód. 458, t. IV). De entre estes primeiros povoadores de Santa Catarina, Manuel de Freitas Noronha viria a ganhar certa notabilidade, e o seu filho, António José de Freitas Noronha (1742-1814), falecido como sargento-mor, compôs, em 1803, o *Livro segundo da configuração das árvores e frutas silvestres* da capitania de Santa Catarina, hoje na Biblioteca Nacional de Lisboa (Scomazzon *et al.*, 2017).

António José de Freitas Noronha tinha chegado a Santa Catarina em 1749, com sete anos de idade, assentando praça a 18 de abril de 1760 e sendo sucessivamente promovido a cabo, a 16 de novembro de 1766; a furriel, a 16 de outubro de 1771; 1.º sargento, a 19 de novembro de 1773, e a alferes, a 19 de março de 1774. Com esta patente foi encarregado de explorar o rio das Tijucas Grandes, estando na base da fundação da atual cidade de Nova Trento, então denominada, em sua homenagem, Alferes. Seria promovido a 2.º

tenente, em 13 de maio de 1789, e faleceria como sargento-mor, na cidade do Desterro, a 5 de outubro de 1814, com 72 anos de idade.<sup>12</sup>

Este envio de casais para o Brasil saldou-se, por parte da Coroa, em uma desastrosa operação logístico-administrativa, hoje quase inexplicável. O fretamento das embarcações, que deveria envolver um movimento de cerca de quatro mil pessoas dos Açores e da Madeira, foi disputado por vários armadores nacionais e até estrangeiros, que se abalançaram ao fretamento, arrastando-o ao longo dos anos de 1747 e 1751 (AHU, Santa Catarina, cx. 1, n.º 39, fl. 50; AHU, Santa Catarina, cx. 1, n.º 43; AHU, Rio de Janeiro, n.ºs 19.120, 14.672, 14.852 e 14.694; AHU, Rio de Janeiro, n.ºs 19.117, 19.118, 19.119, 19.113 e 19.116; AHU, Madeira, n. clas., decreto de 16 de setembro de 1754; AHU, Madeira, cx. 1, n.º 44). No ano de 1752, em fevereiro, a Câmara do Funchal solicitava ao rei que se fizesse o transporte nos moldes dos «assentos», anteriormente assinados, com Feliciano Velho Oldenberg e Francisco de Sousa Fagundes (AHU, Madeira, n.º 39, fls. 65 a 69).<sup>13</sup> Em 1753 e 1755, ainda a Câmara do Funchal e o governador da Madeira, então o conde de São Miguel, D. Álvaro Xavier Botelho de Távora (1708-1789), depois governador de Goiás, no Brasil, oficiavam sobre este assunto, que se ar-

<sup>12</sup> Elementos fornecidos pelo nosso falecido amigo professor Walter Piazza (1925-2016), que muito agradecemos.

<sup>13</sup> Feliciano Velho de Oldenberg era desde 1744 contratador do tabaco, com grandes interesses no Brasil, entretanto alargados à Índia, embora por pouco tempo, pois, tendo tido concessão por 10 anos, faliu ao fim de 3.

rastava indefinidamente (AHU, Madeira, cx. 1, n.ºs 8 a 11, 17, 29 e 34<sup>14</sup>).

Em 1756, continuou a enviar-se soldados e colonos para Santa Catarina, informando o governador Manuel de Saldanha de Albuquerque (1712-1771), depois 1.º conde da Ega e vice-rei da Índia, das dificuldades que tivera no Funchal. A galera «que vinha buscar os casais e soldados» não tinha conseguido fazer o embarque nos «20 dias prescritos no contrato», explicando o governador o atraso, por serem a maior parte dos inscritos «caseiros, ou para melhor dizer, meeiros da nobreza» da Ilha. Por outro lado, chegando a galera na entrada da Semana Santa, não se conseguiram regularizar as situações todas, só vindo a partir em 27 de abril de 1753. No entanto, conforme assegurava o governador, a gente que tinha seguido «foi toda boa e com capacidade para dela se tirarem os 300 soldados que se me tinha determinado». Manuel de Saldanha de Albuquerque aproveita então alvitrar uma solução, pois «desta Ilha partem todos os anos para o Rio de Janeiro, dois, três e muitas vezes, quatro navios, os quais» poderiam muito bem levar aquele pessoal todo e não o fazer-se num navio somente, com um dispendioso e complicado contrato que estava em vigor (AHU, Madeira, cx. 1, n.º 73).

Um destes navios, *Nossa Senhora da Conceição e Porto Seguro*, comandado pelo mestre Custódio Francisco, veio a naufragar na praia de Joanes, «chamada Buraquinhos», nos arredores da cidade da Baía. Levava então 376 homens, 126 mulheres e 18 crianças, com um total de 85 casais. Com o desastre ocorrido, pensamos que estas pessoas não teriam chegado de imediato a Santa Catarina, ficando pela Baía (AHU, Baía, n.ºs 2727 e 2734; AHU, códcs. 917 e 919, fls. 64 e 158v).

Uma parte desses elementos, provavelmente, ainda se dispersou pelo Rio Grande do Sul, mas muitos chegaram a Santa Catarina, constando dos registos militares feitos pelo engenheiro José Correia Rangel, em 1786, e recentemente reeditados, sendo soldados naturais da ilha da Madeira (*As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786*, 2012)<sup>15</sup> e não constando dos Açores.

Os madeirenses e os açorianos, no entanto, são muito diferentes nas suas formas de adaptação aos destinos de emigração, mantendo muito mais os segundos a memória das suas origens, pelo que hoje, em Santa Catarina, a memória açoriana é muito mais viva do que a madeirense. A constituição das Festas do Espírito Santo, entretanto, totalmente dependentes das paróquias, sem os célebres «impérios», que nos

---

<sup>14</sup> Funchal, 7 de maio e 28 de julho de 1753; Lisboa, 16 de abril de 1753 e 16 de setembro de 1754.

<sup>15</sup> Uma parcial edição desta obra já tinha vindo à estampa como «O códice de Santa Catarina, suas fortalezas e seus uniformes», 1996: 75-78.

Açores apresentam, quase sempre, uma muito especial tradição de independência, parecem apontar mais para uma raiz madeirense do que açoriana, embora seja assunto que ali não se pode levantar, sendo tudo dos Açores.

Esta introdução é somente, e verdadeiramente, introdução às complexas relações destes territórios, que a historiografia brasileira, por vezes, apelida genericamente por *Brasil Colônia*. O Brasil, no entanto, foi sede da corte portuguesa, relegando durante alguns anos o território europeu português e as ilhas atlânticas para a situação de colônia, o que de certa forma viria a concorrer para a implantação de um governo constitucional em Portugal e, depois, para a independência do Brasil, quando o rei D. João VI optou por regressar a Lisboa, sabendo perfeitamente o que iria acontecer.

A antiga sede da corte portuguesa ainda seria o local de exílio dos desertores das guerras liberais, que opuseram os partidários de D. Miguel, rei *absoluto*, aos de D. Maria da Glória, liderados pelo pai, ex-imperador *constitucional* do Brasil. Todas estas relações necessitam, assim, de ser repensadas de uma outra forma, mais abrangente, e que não, exclusivamente, de norte para sul do Atlântico, ou de sul para norte, como por vezes são vistas.

## **Bibliografia**

### *Manuscrita*

Archivo General de Indias [AGI] (Sevilha, Espanha). Patronato Real, legajos 293 e 295, n.º 15;

Arquivo Histórico Ultramarino [AHU]. Baía, n.ºs 2727 e 2734, *Ofícios e requerimentos*, 19 de abril de 1757;

Arquivo Histórico Ultramarino [AHU]. Cód. 917 e 919, 1750 e 1758;

Arquivo Histórico Ultramarino [AHU]. Madeira, cx. 1, n.ºs 8 a 11, 17, 29 e 34;

Arquivo Histórico Ultramarino [AHU]. Madeira, cx. 1, n.º 44, *Ofício do governador* (30 de setembro de 1754);

Arquivo Histórico Ultramarino [AHU]. Madeira, cx. 1, n.º 73, Funchal, 15 de junho de 1756;

Arquivo Histórico Ultramarino [AHU]. Madeira, n.º 39, carta de 12 de fevereiro de 1752, fls. 65 a 69;

Arquivo Histórico Ultramarino [AHU]. Madeira, n. clas., decreto de 16 de setembro de 1754;

Arquivo Histórico Ultramarino [AHU]. Madeira e Porto Santo, cx. 2, n.º 24, *Parecer de Alexandre de Gusmão* (10 de julho de 1748);

Arquivo Histórico Ultramarino [AHU]. Madeira e Porto Santo, n. clas., 26 de junho de 1747;

Arquivo Histórico Ultramarino [AHU]. Rio de Janeiro, n.ºs 14.672, 14.852 e 14.694 [decreto do transporte, Lisboa, 20 de novembro de 1749; requerimento de Issac Correyoles e Luís Beaumont, Amesterdão e Lisboa, 1750; consulta do Conselho Ultramarino, 20 de julho de 1750];

Arquivo Histórico Ultramarino [AHU]. Rio de Janeiro, n.ºs 19.117, 19.118, 19.119, 19.113, 19.116 e 19.120 [termos da arrematação a Francisco de Sousa Fagundes, Lisboa, 14 de junho de 1752 e 26 de setembro de 1754; procuração de Lisboa, 15 de outubro de 1754 e requerimentos vários sobre o contrato, 1755; Condições de fretamento a Francisco de Sousa Fagundes, Lisboa, 3 de julho de 1749];

Arquivo Histórico Ultramarino [AHU]. Santa Catarina, cx. 1, n.º 39, fls. 35 a 57;

Arquivo Histórico Ultramarino [AHU]. Santa Catarina, cx. 1, n.º 43, anexo à informação de Alexandre de Gusmão (24 de julho de 1748), *Contrato entre Feliciano Velho Oldenberg e a Coroa* (7 de Agosto de 1747);

Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT]. Corpo Cronológico, P I, 65-13;

Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT]. Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 972, *Ordem do Conselho Ultramarino e transportes* (12 de abril de 1747), fls. 203v. e ss.;

Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT]. Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 973, fls. 9 e ss.;

Arquivo Regional da Madeira [ARM]. Câmara Municipal de Machico, liv. 86, fls. 44v. e 45;

Arquivo Regional da Madeira [ARM]. Câmara Municipal do Funchal, Matrículas para o Brasil, liv. 1;

Arquivo Regional da Madeira [ARM]. Câmara Municipal do Funchal, t. 9, fls. 92 a 93v.;

Arquivo Regional da Madeira [ARM]. Câmara Municipal do Funchal, Vereações, liv. 1353 (1749-1752), *E nesta Vereação se abriu uma carta do Excelentíssimo e Revendíssimo Bispo governador [...]* (22 de março de 1749), fl. 13v.;

Arquivo Regional da Madeira [ARM]. Documentos avulsos, cx. 7, n.ºs 855 e 857;

Arquivo Regional da Madeira [ARM]. Documentos avulsos, *Escrito em Vereação da Câmara da cidade do Funchal da ilha da Madeira*, aos 21 de maio de 1749;

Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa [BACL]. Legislação Portuguesa, 13, *Regimento que se há de observar nos transportes dos casais das ilhas da Madeira e dos Açores para o Brasil* (5 de agosto de 1747), fl. 38;

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). Coleção Pombalina, cód. 458 (F. 7341), t. IV;

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). Reservados, cód. 8391, *Index geral do registo da antiga Provedoria da Real Alfândega do Funchal*.

### Impressa

Couto, A.B., Gama, E.L.N. da e Sant'Anna, M.B. (1990). O povoamento da ilha de Santa Catarina e a vinda dos casais ilhéus. Em: *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*. CNCDP. Funchal;

Domingues, F.C. (2012). *A travessia do mar Oceano. A viagem de Duarte Pacheco Pereira ao Brasil em 1498*. Tribuna da História. São Paulo;

Freitas, J. de (1926). O descobrimento pré-colombiano da América Austral pelos portugueses. A fortaleza e a feitoria de Pernambuco. *Lusitânia – Revista de Estudos Portugueses*, 9, III: 315-327;

Kolbe, A. (1557). *Warhaffige historia hud beschreibung eines landeschaft der [...] meuseu-fresseerbriten in Amerika*. Marbourg;

Kolbe, A. (1974). *Duas viagens ao Brasil*. (Trad. de G. de Carvalho Franco). Universidade de São Paulo. São Paulo;

Las Casas, B. (1951). *Historia de las Indias*. (ed. de A. Millares Carlo, estudo preliminar de L. Hanke). Fondo de Cultura Económica. México/Buenos Aires. T. III;

Nascimento, J.C. do (coord.) (1937). Colonização do Brasil por madeirenses. *Arquivo Histórico da Madeira*, 5: 49-54;

O códice de Santa Catarina, suas fortalezas e seus uniformes. (1996). *Oceanos – Fortalezas da Expansão Portuguesa*, 28, out.-dez.: 75-78;

Piazza, W.F. (1989). Madeirenses no povoamento de Santa Catarina (Brasil). Século XVIII. Em: *I Colóquio Internacional de História da Madeira, 1986*. Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração/DRAC. Funchal;

Piazza, W.F. (1990). Raízes madeirenses em Santa Catarina, Brasil. Em: *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*. CNCDP. Funchal;

Scomazzon, M.C., Franco, J. e Falkenberg, D. de B. (2017). *História natural da ilha de Santa Catarina: O códice de Antônio José de Freitas Noronha*. Editora Insular. Florianópolis;

Silva, M.J. de O. e S. (1992). *Fidalgos-mercadores no século XVIII: Duarte Sodré Pereira*. INCM. Lisboa;

Tonera, R. e Oliveira, M.M. de (eds.) (2012). *As defesas da ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786 de José Correia Rangel* (fac-símile). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.